

Parque Estadual de Campos do Jordão: **Avaliação Quantitativa de Visitação**

Alexandre Schiavetti¹
Maria de Jesus Robim²
Maria Eugênia Bruck de Moraes³

RESUMO: Como um dos instrumentos disponíveis para a verificação dos níveis de consecução dos objetivos propostos nos programas de uso público das unidades de conservação, procedeu-se a avaliação quantitativa da visitação no Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ), São Paulo, através da coleta de dados e informações referentes ao período de dez anos, entre 1985 e 1994.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo e conservação de áreas naturais; Parque Estadual de Campos do Jordão; visitação pública; unidades de conservação.

ABSTRACT: Like one of the available tools to verification of the attainment of the objectives proposal in the using public program of the conservation units, we proceeded the quantify estimate of the visitors in the State Park of Campos do Jordão (PECJ), São Paulo, through collecting data and informations concerning to a ten years, between 1985 and 1994.

KEY WORDS: *Tourism and conservation of areas; Campos do Jordão State Park; public visitation; unity of conservation.*

-
1. Ecólogo. Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP – São Carlos (SP).
End. para corresp.: Av. 9 de Julho, 1227 – Centro – 13560-590 – São Carlos – SP – Brasil.
 2. Bióloga. Pesquisadora Científica no Instituto Florestal – SP. Doutoranda em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos.
 3. Ecóloga. Mestranda em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP – São Carlos.

Introdução

Segundo Boo (1990) o ecoturismo fundamenta-se sobre dois princípios básicos: o primeiro é que a proteção dos recursos naturais das áreas visitadas não poderá ser comprometida; o segundo é que as populações vizinhas a estas áreas devem ser envolvidas e beneficiadas pelo ecoturismo.

Budowsky (1976) sugere que há três diferentes relações que podem existir entre a conservação e o turismo:

- conflito: em que a presença do turismo é prejudicial à conservação;
- coexistência: em que há pouco contato entre turismo e os interesses de conservação;
- simbiose: em que ambos interesses, do turismo e da conservação, derivam benefícios para a relação.

As categorias de Unidades de Conservação (UC) que em decorrência de seu enquadramento aos objetivos básicos do manejo, contemplam o desenvolvimento de atividades turísticas no Brasil, são:

- parques;
- monumentos naturais;
- reservas de fauna;
- áreas de proteção ambiental;
- florestas nacionais.

As Áreas Especiais de Interesses Turísticos, previstas pela Embratur, destinam-se justamente a priorizar o desenvolvimento do turismo em áreas com reconhecida vocação natural para essa atividade, podendo ser compartilhada de forma equilibrada com outras formas de ocupação do território (Pires, 1993). Uma das poucas áreas implantadas com esta forma de manejo é a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (PR).

Nelson (1994) discute a variedade de termos existentes para definir o turismo em áreas naturais, bem como seus princípios e características.

A visitação pública em algumas Unidades Estaduais Paulistas é o alvo das atenções e está baseada nas diretrizes indicadas por Cervantes et al. (1992), nas quais

o programa de Uso Público do Instituto Florestal tem por objetivo propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais nas Unidades de Conservação sob sua administração.

Nas Unidades de Conservação têm-se trabalhado o ecoturismo numa aproximação muito forte com a educação ambiental (Furlan, 1996) ou com a interpretação

ambiental (Pagani et al., 1996), das quais muitas estratégias têm sido adaptadas para o programa de ecoturismo.

O ecoturismo, como alternativa econômica para a região, na qual está inserida uma UC, pode possibilitar a sua entrada no desenvolvimento regional, visto a forte atração exercida por estas áreas no público em geral, porém deve-se levar em conta a forte dependência, criada pela comunidade vizinha, da atividade turística, a qual possui sazonalidades.

Nessas áreas ocorre ampla variação sazonal na sua visitação, o que implica em grandes concentrações humanas em determinadas épocas. Osemeobo (1989) identificou os problemas de áreas verdes urbanas e zoológicas da Nigéria, mostrando que a sazonalidade do público, principalmente em épocas de férias, implica grandes impactos para as áreas estudadas.

Magroet al. (1990), trabalhando em um Parque Estadual paulista, mostraram que a variação da visitação deve-se à frequência de público às áreas vizinhas, no caso uma estância balneária que tem elevação do número de visitantes na temporada de verão. Devido às grandes concentrações em épocas determinadas, a tendência nessas áreas é a abertura de novos locais para a recreação, propiciando diferentes experiências recreativas, visando a espacialização dos visitantes (Morris & Dickinson, 1987; Nelson, 1994). Porém, após alguns anos, há estagnação natural do número de visitantes, o que pode gerar uma estagnação também na economia local.

O aumento do número de turistas, ou a implantação de planos de desenvolvimento turísticos, não deve ser uma estratégia para todas as UCs; somente certas áreas têm infra-estrutura, facilidades de transporte e hotéis para suportar esta indústria. Em primeiro plano, benefícios do turismo podem ser evidentes em nível nacional, porém padrões culturais e econômicos locais podem ser seriamente modificados (Budowsky, 1977).

Estudos específicos, como o perfil dos visitantes (qualitativo e quantitativo), expectativas, padrões de visitação e seus impactos na área, são elementos essenciais para a elaboração de um plano para o manejo da visitação em áreas protegidas (Cebbalos-Lascuráin, 1996).

Bini et al. (1992), analisando a visitação em dois Parques Nacionais, indicam a “urgência na atenção que deve ser dada aos planos de visitação dos parques” e indicam maior número de sugestões voltadas para a infra-estrutura.

Área de Estudo

Objeto de intensa demanda turística, o município de Campos do Jordão, anteriormente apenas conhecido pelas suas boas qualidades climáticas, favoráveis ao tratamento de doenças pulmonares, apresenta hoje elevado crescimento, com base principal no comércio de malhas e hotelaria, sendo que o turismo encontra atrativos nas belezas cênicas das paisagens montanas, onde se destaca o componente vegetal; e no clima tropical de altitude, com 14°C de temperatura média anual.

As características turísticas da cidade levaram-na a um crescimento populacional anormal no que se refere a sua forma, deslocando pessoas de fora, ora em caráter temporário, ora permanente, provocando um contingente de pessoas acima do potencial residente da cidade (Paulo Filho, 1986).

Quanto às características ambientais de Campos do Jordão a vegetação se distribui em dois grandes tipos: a mata e a vegetação campestre. De um modo geral, apresentam-se profundamente modificadas pela influência do homem. Do ponto de vista paisagístico, sobressai a presença da floresta de *Araucaria-Podocarpus*, dentre as formações naturais, e de extensos reflorestamentos de coníferas dentre as antropogênicas (Schiavetti, 1995). Seus rios mais importantes, o Sapucaí e o Capivari atravessam a área urbana, estando comprometidos quanto a sua qualidade de água. A área de captação de água para o município se encontra em um Parque Estadual, o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (Schiavetti, 1997).

Criado em 27 de março de 1941, o Parque Estadual de Campos do Jordão, com 8.341 hectares, compreende aproximadamente um terço do município da Estância Climática que se localiza na face ocidental das encostas da Serra da Mantiqueira, junto à fronteira entre São Paulo e Minas Gerais.

Em 1974 especialistas alemães, junto com pesquisadores do Instituto Florestal, realizaram estudos sobre a paisagem do PECJ, culminando em 1975 com o Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão (Seibert, et al. 1975), o primeiro plano de manejo realizado no Brasil. Atualmente há a necessidade emergencial de sua revisão, devido às modificações na área do parque, ao aumento da visitação e aos novos conhecimentos na área de manejo de Unidades de Conservação.

Metodologia

A obtenção dos resultados, relativos ao campo quantitativo, baseou-se na análise de documentos encontrados nos arquivos do Instituto Florestal, dentre os quais se destacam os processos SMA nº 42385/80 e nº 41771/91, em entrevistas com funcionários responsáveis pelas atividades de uso público, além de observações diretas.

Os dados analisados se referem ao período de dez anos, de 1985 a 1994, e a confiabilidade dos registros foi verificada pela checagem dos volumes referentes a períodos aleatoriamente escolhidos, estando estas fontes disponíveis no escritório do Parque Estadual.

Mais recentemente, elementos diversos foram colecionados, o que possibilitou conhecer a estrutura da visitação ora quantificada, através da análise de componentes, como faixa etária e procedência, correlacionados com os fatores externos e internos à área natural protegida (Moraes & Schiavetti, 1997).

TABELA 1 – NÚMERO DE VISITANTES POR MÊS NO PERÍODO DE 1985 - 1994

Mês/Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Janeiro	9723	12486	8847	14223	12375	15899	7297	8391	7778	11980
Fevereiro	10231	8245	6769	11413	10780	13154	5462	4765	4386	9302
Março	4993	8508	10870	8132	11739	6853	3770	7245	3429	4119
Abril	11134	13471	11625	14002	18567	15410	5103	9627	8110	11628
Mai	8618	14976	10143	14105	14776	12854	11683	9157	9988	8341
Junho	19547	8385	8945	10385	13666	10574	8052	12428	9284	13674
Julho	7108	18399	18329	25374	22573	15726	17056	17595	19051	21530
Agosto	8010	8010	8089	8082	11313	6197	8704	6492	6101	9503
Setembro	8727	9877	9364	11340	16247	5731	7957	5430	6740	8037
Outubro	12023	10540	9613	13033	14409	6530	5386	6079	8014	8516
Novembro	8965	7768	8037	7292	9305	6414	5179	4748	7104	6819
Dezembro	7781	5171	7742	7379	6599	5907	5801	5528	5348	7409
TOTAL	121390	125836	118373	144760	162349	121249	91450	97485	95333	120858
Varição (%)	0	4	-6	2,2	1,2	-25	-24	6	-2	2,7

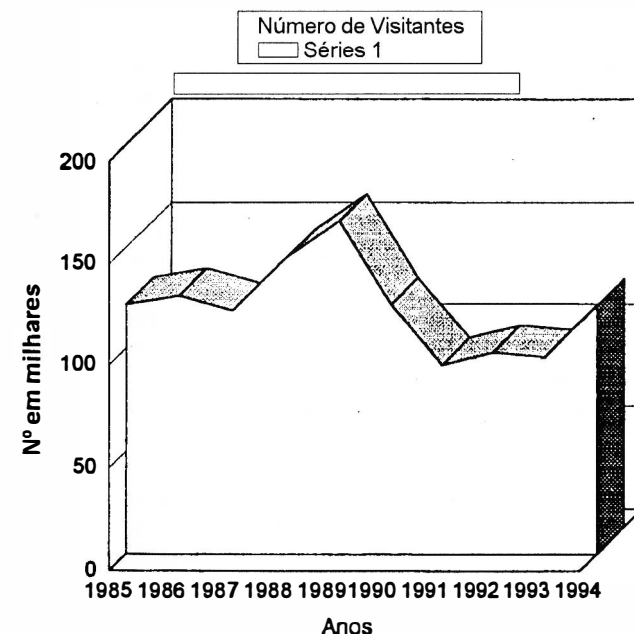


FIGURA 1 – NÚMERO DE VISITANTES NO PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO, NO PERÍODO DE 1985 - 1994

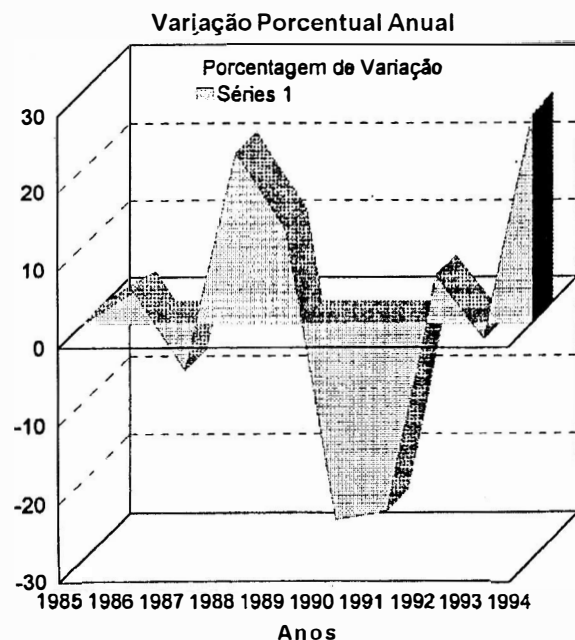


FIGURA 2 – VARIAÇÃO PORCENTUAL DA VISITAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO NO PERÍODO DE 1985 - 1994

Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta a quantificação dos visitantes do PECJ, no período de 1985 a 1994, distribuídos mensalmente, e a variação existente entre os anos, colocando-se o ano de 1985 como inicial.

As Figuras 1 e 2 mostram a dinâmica desta variação, notando-se na Figura 1 a grande quantidade de visitantes no ano de 1989 e salientando-se na Figura 2 a grande variação (negativa) após o ano de 1989.

No período estudado foram computados 1.199.083 visitantes, registrando-se a média de 119.908,3 por ano, com máxima verificada em 1989 e mínima afluência de público em 1993.

De ordem genérica para a Estância de Campos do Jordão, onde a mídia concentra as atenções durante o inverno⁴, também se verifica a maior frequência de visitantes no mês de julho, quando o Parque Estadual, em 1994, recebeu a média de 718 pessoas ao dia.

4. Nessa cidade anualmente realiza-se, em julho, o Festival de Inverno, envolvendo atividades e eventos artísticos e culturais.

A ocorrência de variações no número de visitantes deve ser considerada como reflexo de diversos fatores, desde situação econômica do período até a melhoria de infra-estrutura, passando, no caso de uma estância climática, por acontecimentos de ordem meteorológica. Estas características são também discutidas em Osemeobo (1989) e Magri et al., (1990).

No período analisado de dez anos ocorreram diversas mudanças na situação política-econômica brasileira, porém pouco se percebe nos dados analisados, provavelmente devido ao público visitante da estância climática de Campos do Jordão pertencer às classes econômicas média e alta.

A variação existente reflete a disponibilidade de se pagar por um recurso natural, pois a grande queda no número de visitantes é observada após a iníciada taxa de visitação na Unidade (setembro de 1990), mostrando-se com isso a pequena importância dada à conservação dos recursos naturais, ante a disponibilidade ao pagamento pela utilização.

Apesar desta característica ter sido observada, estudos como o de Peters et al. (1989) mostram que áreas naturais podem possuir maior valor econômico quando em seu estado natural, gerando benefícios diretos e indiretos à comunidade vizinha. Esta característica pode ser atribuída também ao fluxo turístico para o Parque Estadual de Campos do Jordão, haja vista o crescente número de estabelecimentos comerciais associados ao turismo construídos ao longo da estrada de acesso a este destino.

Outro acontecimento no qual o reflexo pode ser sentido no número de visitantes nesta Unidade foi a expectativa de neve nos anos de 1988 e 1989, fato pouco comum em terras brasileiras, salientando-se a temperatura mínima de -4,4°C, ocorrida em 1988 e repetida em 1994. Acredita-se também que a grande visitação ocorrida no ano de 1994 deve ser atribuída à estabilidade econômica e ao aumento do nível de renda da população vivenciada pela sociedade brasileira no período.

Conclusão

As quantificações apresentadas e analisadas permitem concluir sobre a importância do andamento de tais levantamentos, num processo de avaliação contínua, cujos resultados podem ser utilizados para o monitoramento dos programas de uso público da própria Unidade de Conservação, assim como para referenciar o planejamento de outras Unidades, ressaltadas as peculiaridades distintas que, ainda, devem considerar as áreas circunvizinhas, aspectos culturais, demanda e disponibilidade de recursos.

A realização de estudos sobre o perfil dos usuários do Parque, considerando os períodos de concentração de visitantes, demonstrados como nos meses de inverno devem ser mantidos, objetivando-se a identificação permanente das necessidades do visitante, bem como da mudança do perfil do público-alvo.

A avaliação econômica dos benefícios do ecoturismo para a população do entorno e os impactos ambientais do turismo devem ser quantificados, procurando-se direcionar os benefícios do ecoturismo para a região.

O Plano de Manejo do PECJ prevê a espacialização dos visitantes nas zonas de uso intensivo e extensivo. Defasado, deve ser revisto e atualizado, envolvendo

de forma participativa os setores da comunidade, das universidades e dos poderes públicos municipal e estadual, no processo de planejamento.

Assim, no caso do PECJ, a administração deve-se preocupar com a oferta de atrativos (trilhas interpretativas, exposições etc.) e a segurança do público visitante, monitorando e avaliando o atual Programa de Uso Público da Unidade.

Referências Bibliográficas

- BINI, L.M. et al. 1992. Caracterização do perfil dos visitantes dos Parques Nacionais de Aparados da Serra (RS) e Brasília (DF). In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2, *Revista do Instituto Florestal*, ed. especial, v.4: 1106-1108.
- BOO, E. 1990. *Ecoturismo: potenciales y escollos*. Washington, D.C.; WWF & The Conservation Foundation. 226 p.
- BUDOWSKY, G. 1976. Tourism and environmental conservation: conflict, coexistence or symbiosis? *Environmental Conservation*, v. 3, n. 1, p. 27-32.
- _____. 1977. Tourism and environmental conservation: conflict, coexistence or symbiosis? *Parks*, v. 1, n. 4, p. 3-16.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. 1996. *Tourism, ecotourism and protected areas. The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. XIV. 301p.
- CERVANTES, A.L.A. et al. 1992. Diretrizes para os programas de uso público do Instituto Florestal de São Paulo - SMA, São Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2, *Revista do Instituto Florestal*, ed. especial, v. 4, p. 1076-80.
- FURLAN, S. 1996. Unidades de conservação insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. In: DE LEMOS, A.I. (org.) *Turismo: impactos socioambientais*. Hucitec. p. 114-36.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL. 1980. *Processo SMA nº 42385/80. Assunto: Encaminhamento mensal de visitantes referentes aos meses de setembro à novembro de 1980*. 245 p.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL. 1991. *Processo SMA nº 41771/91. Assunto: cobrança de ingresso no Parque Estadual de Campos do Jordão*. 32 p.
- MAGRO, T.C.; GRANJA, C.M. & MENDES, F.B.G. 1990. Características do usuário do Parque Estadual da Ilha Anchieta - subsídios para o plano interpretativo. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 6, *Anais*, p. 766-78.
- MORAES, M.E.B. & SCHIAVETTI, A. 1997. Análise do perfil do visitante e moradores do Parque Estadual de Campos do Jordão: subsídios para um programa de coleta seletiva de lixo. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA ENGENHARIA AMBIENTAL, 2, *Anais*, p. 167-169.
- MORRIS, A. & DICKINSON, G. 1987. Tourism development in Spain: growth versus conservation on the Costa Brava. *Geography*, 72(34): 16-25.
- NELSON, J.G. 1994. The spread of ecotourism: some planning implications. *Environmental Conservation*, v. 21, n. 3, p. 248-255.
- OSEMBOBO, G.J. 1989. Forest recreational land-use and zoological gardens in a developing economy: the case of Southern Nigeria. *Environmental Conservation*, v. 16, n. 1, p. 69-74.
- PAGANI, M.I. et al. 1996. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: DE LEMOS, A.I. (org.) *Turismo: impactos socioambientais*. Hucitec. p. 151-63.
- PAULO FILHO, P. 1986. *História de Campos do Jordão*. Editora Santuário. 782 p.
- PETERS, C.G.; GENTRY, A.H. & MENDELSON, R. 1989. Valuation of a tropical forest in Peruvian Amazonia. *Nature*, n. 339, p. 655-6.
- PIRES, P.S. 1993. Turismo em áreas naturais protegidas. In: *Curso sobre Manejo de Áreas Naturais Protegidas*. Paraná: Universidade Livre do Meio Ambiente, p. 63-75.
- SCHIAVETTI, A. 1995. Campos do Jordão State Park. In: HENRY, R. & SENNA, P.A.C. (org.). XXVI SIL CONGRESS, São Paulo, Mid-congress Excursions, p. 35-6.
- _____. 1997. *Proposta de zoneamento recreativo para o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão: subsídios para o plano de manejo*. São Carlos; EESC-USP. Dissertação de Mestrado. 81 p.
- SEIBERT, P. et al. 1975. Plano de manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão. *Boletim Técnico IF*. São Paulo, Instituto Florestal, n.19, 153 p.

Recebido em 15/4/97

Aprovado em 10/8/97